



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

MINUTA

CONTRATO N. XX/2021

CONTRATO DE FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE FAIXAS, BANNERS E PAINÉIS, processo SEI n. 0001948-10.2021.6.21.8000, que fazem entre si, a empresa **XXXXXXXXX**, com sede na Rua **XXXXXXXXX** n. **xxx**, em **XXXXXXXXX-xx**, CEP **xxxxx-xxx**, com CNPJ sob número **xx.xxx.xxx/xxx-xx**, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) **Sr(a). XXXXXXXXXXXX**, no fim assinado(a), e o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**, órgão do Poder Judiciário Federal, sediado nesta Capital, na Rua Duque de Caxias n. 350, CEP 90010-280, inscrito no CNPJ sob número 05.885.797/0001-75, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, Des. André Luiz Planella Villarinho, no fim assinado. Foi dispensada a licitação, nos termos do **art. 24, inc. II**, da Lei n. 8.666/1993. Os **CONTRATANTES** ficam sujeitos às normas da Lei n. 8.666/1993 e alterações posteriores e à legislação vigente e pertinente à matéria, bem como às cláusulas firmadas neste contrato.

CLÁUSULA 1 – OBJETO

Contratação de fornecimento, sob demanda, de **faixas, banners e painéis**, conforme as cláusulas deste contrato.

[adaptar o objeto de acordo com a(s) empresa(s) vencedora(s)]

CLÁUSULA 2 – EXECUÇÃO

2.1. A descrição detalhada do(s) material(is) a ser(em) fornecido(s) encontra-se no anexo deste contrato.

2.2. As quantidades explicitadas no anexo deste contrato referem-se ao número estimado de **faixas, banners e painéis**, não obrigando o **CONTRATANTE** a demandá-las durante o período, servindo apenas como referências.

2.3. Os pedidos serão encaminhados para o e-mail informado pela **CONTRATADA**, junto com a arte para a impressão dos materiais.

2.4. Poderá ser encomendada qualquer quantidade, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

2.5. A **CONTRATADA** deverá fornecer os materiais em perfeitas condições de uso, à medida que forem sendo solicitados pelo **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do pedido.

2.6. Para os pedidos de **faixas** superiores a 50 (cinquenta) unidades, o prazo máximo de entrega será de 10 (dez) dias úteis.

2.7. As **faixas** deverão ser entregues, agrupadas por unidades demandantes, com a identificação externa do solicitante, conforme constar no pedido enviado à **CONTRATADA**.

2.8. As **faixas e banners** deverão ser entregues no Almoxarifado do **CONTRATANTE**, localizado na Rua Duque de Caxias n. 350, em Porto Alegre-RS, no período das 13 (treze) às 18 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira.

2.8.1. A entrega **das faixas e banners** deverá ser agendada junto à Seção de Almoxarifado – SEMOX (almoxarifado@tre-rs.jus.br e 51-3294-9202), com 01 (um) dia de antecedência.

2.9. Os **painéis** deverão ser entregues e montados nos locais onde ocorrerão os eventos, na cidade de Porto Alegre-RS.

2.9.1. A entrega **dos painéis** deverá ser agendada junto à Seção de Compras – SECOM (fornecimento@tre-rs.jus.br e (51) 3294-9184, 3294-9281, 3294-9472), com, pelo menos, 01 (um) dia de antecedência.

2.10. O controle dos prazos de entrega dos materiais será realizado pela Seção de Compras – SECOM.

2.10.1. Verificada a entrega de materiais em atraso, será solicitado à **CONTRATADA** a apresentação de justificativa a ser submetida à Administração.

2.11. O recebimento dos materiais será feito em duas etapas, conforme abaixo:

2.11.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação. No local de entrega, o fiscal designado ou seu substituto fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado nas Notas de Empenho e Fiscal,

fazendo constar no canhoto e no verso desta última a data da entrega do bem e, se for o caso, as imperfeições, falhas ou irregularidades observadas;

2.11.2. Definitivamente, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor designado ou comissão que procederá ao recebimento, após comunicação do fiscal ou de seu substituto de que as especificações e as qualificações dos produtos entregues estão em conformidade com o exigido neste contrato.

2.12. O método de avaliação da conformidade dos materiais será o seguinte:

2.12.1. Avaliação que consiste na realização de observações físicas, visando comprovar a compatibilidade do material ofertado com a especificação constante neste contrato.

2.13. Os materiais que forem recusados no recebimento, por imperfeições, falhas ou irregularidades deverão ser substituídos no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, contado da notificação formal, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

2.14. Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis (artigo 7º, XI, da Lei n. 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG n. 01/2010 e n. 01/2014.

2.14.1. Atendendo os dispositivos legais, a **CONTRATADA** deverá confeccionar **as faixas**, em lona, com características que permitam seu reaproveitamento como sacola para uso dos mesários.

CLÁUSULA 3 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A **CONTRATADA** compromete-se a fornecer os materiais nas quantidades, especificações e prazos estabelecidos.

3.2. A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

3.3. A **CONTRATADA** deverá proceder a entrega dos materiais, em conformidade com o quantitativo de cada requisição, no período de segunda a sexta-feira, das 13 (trezes) às 18 (dezoito) horas, mediante agendamento.

3.4. A **CONTRATADA** deverá fornecer endereço de correio eletrônico para que sejam encaminhadas as requisições dos materiais.

3.5. A **CONTRATADA** deverá responder por todos os ônus, diretos e indiretos, incidentes no fornecimento dos materiais, inclusive aqueles referentes à embalagem, seguros, taxas, fretes, transporte, descarga e demais encargos.

3.6. A **CONTRATADA** observará a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

3.7. A **CONTRATADA** fica ciente, ainda, do disposto no art. 3º, da Resolução n. 07 do Conselho Nacional de Justiça, por meio do qual é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, podendo ser exigida, a qualquer tempo, comprovação, inclusive por meio de declaração expressa da empresa, quanto a sua observância.

CLÁUSULA 4 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. O **CONTRATANTE** obriga-se a proporcionar as condições necessárias à execução do contrato.

4.2. Compromete-se o **CONTRATANTE** a efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste contrato.

4.3. O **CONTRATANTE** obriga-se a encaminhar os pedidos de fornecimento dos materiais, por meio eletrônico.

4.4. O **CONTRATANTE** obriga-se a receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato.

4.5. O **CONTRATANTE** deverá verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste contrato e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

4.6. O **CONTRATANTE** obriga-se a comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

CLÁUSULA 5 – RESPONSABILIDADES

5.1. Competirá exclusivamente à **CONTRATADA** o pagamento de salários, horas extras, gratificações e toda e qualquer classe de remuneração aos seus profissionais e também dos encargos sociais, prêmios de seguro de acidentes do trabalho, impostos, taxas e outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado.

5.2. Será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o pagamento de qualquer indenização ao seu pessoal em decorrência de acidente do serviço ou doença adquirida em função do trabalho ou não, obrigando-se a inscrevê-lo no INSS, para efeito de inclusão no seguro de acidente do trabalho.

5.3. Compromete-se, igualmente, a **CONTRATADA**, a cumprir dentro dos devidos prazos, todas as obrigações fiscais, previdenciárias, sociais, trabalhistas e comerciais, a que estiver obrigada em virtude da contratação, cujos comprovantes de quitação deverão ser apresentados ao **CONTRATANTE** sempre que forem solicitados pelo mesmo, ressalvado o disposto na cláusula 5.4.

5.4. A **CONTRATADA** fica obrigada a manter a regularidade trabalhista, nos termos da Lei n. 12.440/2011, a regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF – FGTS) e à Fazenda Nacional (Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1751, de 02-10-2014, independente de solicitação.

5.4.1. O descumprimento ao disposto na cláusula 5.4 ensejará a rescisão contratual, observada a cláusula 5.4.1.1, sem prejuízo do pagamento se a **CONTRATADA** não incorrer em qualquer inexecução do objeto contratado.

5.4.1.1. O **CONTRATANTE** poderá conceder prazo para que a **CONTRATADA** regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou sua incapacidade de corrigir a situação.

5.4.2. Tanto matriz quanto filial pode executar o objeto, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica.

5.4.3. Não há diferença entre os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos pertencentes à mesma pessoa jurídica (matriz e filiais). Havendo a comprovação quanto à regularidade de um dos estabelecimentos, automaticamente estará comprovada a regularidade dos demais.

5.5. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos referidos na cláusula 5, não transferirá ao **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

5.6. Fica ressalvado o direito regressivo do **CONTRATANTE** contra a **CONTRATADA** e admitida a retenção das importâncias a esta devidas para a garantia do cumprimento das obrigações sociais e previdenciárias previstas em lei.

5.7. Serão de responsabilidade da **CONTRATADA** os danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do **CONTRATANTE** em seu acompanhamento.

5.7.1. Verificado o dano, o **CONTRATANTE** eximir-se-á de qualquer responsabilidade, ficando alheio à relação jurídica que venha a se estabelecer entre a **CONTRATADA** e terceiros prejudicados.

CLÁUSULA 6 – PREÇO

6.1. Os preços unitários serão os constantes no anexo deste contrato.

6.2. O preço total estimado para a contratação é de R\$ **x,xx (por extenso)**.

6.3. O preço é fixo e irrevogável, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 28 da Lei n. 9.069, de 29-6-1995.

CLÁUSULA 7 – FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado obedecendo ao que segue: entregues os materiais, a **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE** documento fiscal pelo valor correspondente.

7.1.1. No fornecimento de bens – emitir, obrigatoriamente, uma Nota Fiscal Eletrônica ou Cupom Fiscal Eletrônico para os materiais fornecidos.

7.2. O documento fiscal deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho.

7.2.1. Caberá à **CONTRATADA** informar em tal documento fiscal ou em documento apartado, o número da conta-corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento.

7.3. O pagamento será efetuado por intermédio de ordem bancária, mediante autorização competente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do ateste do recebimento definitivo dos materiais, decorrente do adimplemento da obrigação contratual.

7.3.1. No caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993 (R\$ 17.600,00), o pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

7.4. Na hipótese de constatação de qualquer incorreção no documento referido na cláusula 7.2 que desaconselhe o seu pagamento, os prazos de que tratam as cláusulas 7.3 e 7.3.1 serão contados a partir da respectiva regularização, sem qualquer acréscimo no valor contratado.

7.5. Para todos os fins, considera-se a data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

7.6. Os pagamentos a serem efetuados à **CONTRATADA** estarão sujeitos, quando for o caso, à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando a **CONTRATADA** incumbida de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção.

7.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tanto, fica estabelecido que os encargos moratórios devidos pelo **CONTRATANTE**, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

i = taxa percentual anual do valor de 6%;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$

$I = (6/100) / 365$

CLÁUSULA 8 – RECURSO ORÇAMENTÁRIO

Para atendimento das despesas foi emitido o empenho-estimativa n. 2021NE000xxx, de xx-xx-2021, à conta do elemento 3390.30 – Material de Consumo, da ação orçamentária 02.122.0033.20GP.0043 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – no Estado do Rio Grande do Sul, plano orçamentário 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa.

CLÁUSULA 9 – VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará da data de assinatura até 31-12-2021.

CLÁUSULA 10 – SANÇÕES

10.1. A inobservância injustificada dos prazos acordados sujeitará a **CONTRATADA** à multa moratória diária, a ser aplicada sobre o valor total estimado da contratação, nos

percentuais discriminados a seguir, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e aplicação das demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993:

a) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do 1º (primeiro) ao 15º (décimo quinto) dia de atraso; e

b) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia de atraso.

10.1.1. O atraso que acarrete a perda da utilidade do objeto contratual configura hipótese de inexecução total do contrato.

10.2. Os casos de inexecução total ensejarão a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano, desde que não sejam apuradas circunstâncias agravantes que recomendem a aplicação de sanção mais severa.

10.2.1. No caso de inexecução parcial das obrigações, o percentual previsto na cláusula anterior incidirá sobre a parcela não executada ou entregue.

10.2.2. Os atos descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993 serão reputados como inidôneos para fins de aplicação da sanção prevista no art. 87, IV, da referida lei.

10.3. No procedimento administrativo para a aplicação das sanções previstas neste termo, será assegurado ao interessado o exercício do contraditório e ampla defesa, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da respectiva comunicação.

10.3.1. Após o trânsito em julgado do respectivo procedimento administrativo, as multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da correspondente comunicação, podendo ser descontadas dos pagamentos devidos pela Administração ou ainda, cobradas judicialmente.

10.4. As sanções serão registradas no SICAF.

10.5. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não prejudica o ressarcimento por danos decorrentes da responsabilidade prevista no art. 70, da Lei n. 8.666/1993, o qual será apurado e processado nos mesmos termos das penalidades administrativas.

CLÁUSULA 11 – RESCISÃO

11.1. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei n. 8.666/1993, no que for cabível.

11.2. O contrato também poderá ser rescindido no caso de necessidade administrativa do **CONTRATANTE**, desde que comunicado à **CONTRATADA**.

11.3. A ocorrência de rescisão na hipótese da cláusula 11.2 não causa obrigação de indenizar qualquer das partes.

11.4. A **CONTRATADA** declara reconhecer os direitos do **CONTRATANTE** previstos nos arts. 77 e 80 da Lei n. 8.666/1993, em caso de rescisão administrativa.

CLÁUSULA 12 – ACOMPANHAMENTO

12.1. O fornecimento será fiscalizado e avaliado pelo gestor do contrato ou comissão designada pelo **CONTRATANTE**, que na implementação do contrato será responsável pela interlocução com o supervisor da **CONTRATADA** e pelo controle e conferência da adequação do material ao objeto contratado.

12.1.1. O gestor e o fiscal do contrato registrarão as falhas detectadas e comunicarão as ocorrências à **CONTRATADA**.

12.2. A fiscalização do objeto da contratação pelo **CONTRATANTE** não exclui e nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA** por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

12.3. A gestão do contrato será realizada de acordo com a Instrução Normativa DG n. 56/2019 do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA 13 – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

O fornecimento obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições constantes da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrarie.

CLÁUSULA 14 – ANEXO

Integra o presente contrato o anexo: Descrição dos materiais e preços unitários.

CLÁUSULA 15 – FORO

Fica eleito o foro desta Capital, com expressa renúncia a qualquer outro, para dirimir qualquer questão que derivar deste contrato.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no processo administrativo em epígrafe, no Sistema Eletrônico de Informações do **CONTRATANTE**.

Des. André Luiz Planella Villarinho,
Pelo **CONTRATANTE**.

Sr. Josemar dos Santos Riesgo - Visto
Diretor-Geral.

Sr(a). **XXXXXXXXXXXX**,
Pela **CONTRATADA**.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Duarte Chagas Dariva, Chefe de Seção**, em 05/02/2021, às 13:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0593965** e o código CRC **6BFCAD80**.

ANEXO DO CONTRATO N. **XX/2021**

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS E PREÇOS UNITÁRIOS

| Item | Descrição detalhada | Quantidade estimada | Preço unitário (R\$) | Preço total estimado (R\$) |
|------|---|---------------------|----------------------|----------------------------|
| 1 | Faixas de lona fosca ou brilhante , com gramatura de 380 g/m ² , impressão à base de solvente em 4 cores ou em preto e branco, acabamento em todo o contorno com ilhós de 30 em 30 cm. Medida aproximada de cada faixa: 0,80 m de altura por 2 m de comprimento, podendo ser solicitados tamanhos variáveis. | 160 m ² | x,xx | x,xx |
| 2 | Banner de lona fosca ou brilhante em tamanho normal (até 1,5 m de largura, limitado a 2 m de altura), com gramatura de 380 g/m ² , impressão à base de solvente em 4 cores, acabamento com bastão de madeira em cima e embaixo, ponteiros brancos e cordinha para pendurar. Medida aproximada de cada <i>banner</i> : | 80 m ² | x,xx | x,xx |

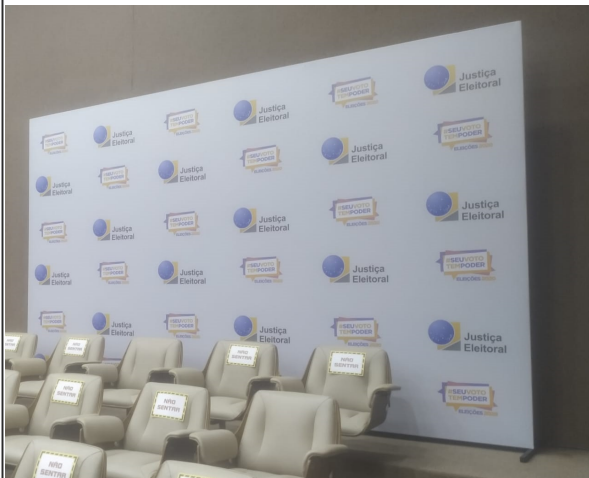
| | | | | |
|---|--|-------------------|------|------|
| | 1,20 m de altura por 0,80 m de comprimento, podendo ser solicitados tamanhos variáveis. | | | |
| 3 | Banner de lona fosca ou brilhante em tamanho gigante (acima de 1,5 m de largura, limitado a 2 m de altura), com gramatura de 440 g/m ² , impressão à base de solvente em 4 cores, acabamento com tubo redondo de alumínio de 1 polegada, em cima e embaixo, e cordinha para pendurar. | 10 m ² | X,XX | X,XX |
| 4 | <p>Painel impressão em lona, em estrutura de metalon galvanizado (com lona tamborizada e fixada com dupla face, a ser montada e desmontada no local do evento por equipe da empresa contratada), impressão digital a cores. A estrutura de metalon deve ser adequada ao tamanho do painel para que ofereça resistência, segurança ao seu manuseio e estabilidade. O painel será utilizado em ambiente interno.</p> <p>Modelo de estrutura de metalon (frente):</p>  <p><i>Foto meramente ilustrativa</i></p> <p>Modelo de estrutura de metalon (verso):</p> | 20 m ² | X,XX | X,XX |



Foto meramente ilustrativa.

Preço total estimado para a contratação (R\$)

X,XX

Rua Duque de Caxias, 350 - Bairro Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-280
www.tre-rs.jus.br - contratos@tre-rs.jus.br - Fone: (51) 3294-8307